



**UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
CENTRO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

SAMARA ARAÚJO PESSOA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE O ROSAL DA LIBERDADE:
UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DE ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE
REDENÇÃO – CE**

Redenção

2014

SAMARA ARAÚJO PESSOA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE O ROSAL DA LIBERDADE:
UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DE ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE
REDENÇÃO – CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação da Professora Doutora Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

Rebeca de Alcântara e Silva Meijer

Redenção

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Oliveira, Samara Araújo Pessoa de.
O45c

A construção de saberes sobre o rosal da liberdade: um estudo de caso numa escola de Antônio Diogo, distrito de Redenção – CE. / Samara Araújo Pessoa de Oliveira. – Redenção, 2014.

48 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

Inclui referências.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. I. Título.

CDD 379.260981

A CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE O ROSAL DA
LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DE
ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE REDENÇÃO – CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação da Professora Doutora Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

REDENÇÃO – CE

2014

Samara Araújo Pessoa de Oliveira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação da Professora Doutora Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer – UNILAB (Orientadora)

Prof. Dr^a. Vera Regina Rodrigues da Silva – UNILAB (Examinadora)

Prof. Dr^a. Denise Rocha – UNILAB (Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial a Deus, que me proporcionou força e coragem para não desistir, e ter a força e a coragem de lutar até o fim sem olhar pra traz.

Agradeço meus pais, em especial minha mãe, Célia Lucas que me deu força e me incentivou a lutar pelos meus ideais, a meu pai Antonio Bernardo que ia me buscar todas as noites após as 23 horas da noite, mesmo com muita dificuldade.

Agradeço a meu esposo que mesmo muito estressado com o trabalho ia me deixar e me buscar, sempre que preciso fosse.

A meu filho Bernardo, que mesmo pequeno com quatro anos e querendo atenção como toda criança precisa e nessa reta final, de conclusão do curso a atenção necessária foi pouca.

Agradeço em auto destaque a minha orientadora, que teve muita paciência comigo em ir à universidade cedo e passar o dia comigo me orientando para que o meu trabalho ficasse bom.

Agradeço a minha Madrinha Ellen Araújo, que por intermédio dela estou concluindo meu curso.

Agradeço aos amigos e amigas que me auxiliaram nessa reta final.

E agradeço aos demais anônimos e anônimas, que contribuíram mesmo sem intenção.

Obrigado mesmo de coração.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico é um estudo de caso que envolve uma escola do município de Redenção a fim de saber se o projeto Rosal da Liberdade, realizado em dezoito escolas da rede municipal está sendo implantado e de que forma, como impõe a Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da educação básica pelos sistemas de ensino. Realizamos um estudo de caso em uma das escolas municipais envolvidas no projeto. Como dispositivos metodológicos realizamos uma oficina sob o tema gerador “A palavra é Rosal da Liberdade” com alunos de 6º a 9º ano que elaboraram cartazes expressando o que sabem sobre a realização do Rosal da Liberdade e as aprendizagens dele adquiridas. Desta estratégia de produção de dados fizemos análise plástica e conceitual dos quatro cartazes produzidos. No tocante ao olhar das docentes envolvidas na pesquisa, resolvemos aplicar um questionário intentando compreender mais sobre o projeto, seus limites e possibilidades e como as docentes estão envolvidas e sobre seus saberes acerca da Lei 10.639/2003. Ao analisarmos os dispositivos de discentes e docentes pudemos perceber detalhamentos acerca da execução do projeto Rosal da Liberdade, bem como o que vem sendo consolidado pedagogicamente no cotidiano escolar, assim como o que sendo aprendido pelos discentes. A pesquisa pretende contribuir com a análise de projetos que objetivam a implementação da Lei 10.639/2003, como é o caso do Rosal da Liberdade na cidade de Redenção no estado do Ceará.

Palavras-chave: Projeto Rosal da Liberdade. Lei 10.639/2003. Negro e educação.

ABSTRACT

This scholarly work is a case study involving a school municipality of Redemption to know if Project Rosal Freedom, held in eighteen municipal schools is being implemented and how, as required by the Law 10.639/2003 which addresses the issue of compulsory History and Afro-Brazilian and African in the basic education curriculum for teaching systems. We conducted a case study on one of the local schools involved in the project. As methodological devices conducted a workshop under the theme generator "The word is Rosal Freedom" with students from 6th to 9th grade who drew up placards expressing what they know about the realization of the Freedom Rosal and learning acquired it. This data production strategy made plastic and conceptual analysis of the four posters produced. Regarding the look of the teachers involved in the research, we decided to apply a questionnaire attempting to understand more about the project, its limits and possibilities and how the teachers are involved and on their knowledge about the Law 10.639 / 2003. By analyzing devices for learners and teachers can perceive detailing on the execution of the rosary design freedom, as well as what is being consolidated pedagogically in school life, as well as those being learned by students. The research aims to contribute to the analysis of projects that aim to implement the Law 10.639 / 2003, as is the case of Rosal of Liberty in the town of Redemption in the state of Ceará.

Keyword: Project Rosal Freedom. Law 10639/2003. Black and education.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Alunos produzindo cartaz-----	27
Fotografia 2 – Os alunos e eu na oficina-----	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O tema o objetivo e a metodologia usada na oficina -----	26
Quadro 2 – Cartaz Rosal da Liberdade grupo um -----	27
Quadro 3 – Cartaz Rosal da Liberdade grupo dois -----	29
Quadro 4 – Cartaz Rosal da Liberdade grupo três -----	31
Quadro 5 – Cartaz Rosal da Liberdade grupo quatro-----	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ASPECTOS TEÓRICOS: DA QUESTÃO RACIAL AO ROSAL DA LIBERDADE	14
1.1 A QUESTÃO RACIAL A ESCOLA E O ENSINO	14
1.2 O ASPECTO FUNDAMENTAL DA LEGISLAÇÃO	17
1.3 DAS CORES DE REDENÇÃO AO ROSAL DA LIBERDADE	19
DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	22
2.1 ESTUDO DE CASO, ORIGENS, HISTÓRIA, POSSIBILIDADES	22
2.2 CAMPO DA PESQUISA, SUJEITOS ENVOLVIDOS	24
2.3 O PASSO A PASSO DA PESQUISA	25
DA EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	26
3.1 A PALAVRA É ROSAL DA LIBERDADE: DESCRIÇÃO E ANÁLISES DA OFICINA	26
3.1.1 Cartaz Rosal da Liberdade grupo um	27
3.1.2 Cartaz Rosal da Liberdade grupo dois	29
3.1.3 Cartaz Rosal da Liberdade grupo três	31
3.1.4 Cartaz Rosal da Liberdade grupo quatro	32
3.2 ROSAL DA LIBERDADE SOB O OLHAR DOCENTE	34
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

“A construção de saberes sobre o Rosal da liberdade: um estudo de caso numa escola de Antônio Diogo, distrito de Redenção – CE” é o título de nosso trabalho de pesquisa. No contexto atual e mais no campo da educação está muito em evidência a educação para relações étnico-raciais. A importância da Lei 10639/2003 é para tirar do silêncio acadêmico e escolar a História e a Cultura afro-brasileira e do continente africano. A mesma teve como medida de reparação, reconhecer que o povo negro é parte fundamental da sociedade e sempre contribuiu com saberes, força de trabalho, no âmbito político, etc.

Porém a legalização destes temas na escola não chegou de graça, tudo isso nasceu da luta incansável do movimento negro que ganha muita força em 2001 na Conferência mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, quando o Brasil assume o compromisso de desenvolver políticas de ação afirmativa para diminuir a desigualdade racial entre outras violências de ordem racial no país.

Dentro desta temática se desenvolve a presente pesquisa que começou com um desejo de descobrir se de fato estava sendo cumprida a exigência da lei 10639 de 2003, nas escolas do município de Redenção. No referido município existe um projeto de título Rosal da Liberdade que objetiva implementar a Lei 10.639/2003 em dezoito escolas do sistema municipal. Para alcançar o propósito deste estudo escolhemos uma das escolas em que o Projeto Rosal da Liberdade acontece como campo da pesquisa. Ela se localiza no Distrito de Antônio Diogo.

Nosso interesse em pesquisar sobre a Lei 10639/2003 e o Projeto Rosal da Liberdade foi para saber se de fato o projeto por meio da lei está sendo aplicado e de que formas no município de Redenção-CE. A escolha da temática ficou muito interessante também pelo fato de considerar a História abolicionista do município, uma vez que foi a primeira cidade no Brasil a libertar seus escravos. Porém, como originária da região vejo que nós redencionistas conhecemos pouco, e pouco sabemos sobre nossas raízes. Eu como redencionista, conhecia pouco sobre minhas raízes, cheguei até a me imaginar como descendente dos portugueses, por pura ignorância. Nunca pensei sobre o aspecto de descender do povo escravizado que aqui foi liberto, ou das comunidades indígenas.

Escolhi a escola Antonio Barbosa de Sousa porque foi onde passei minha infância até o oitavo ano, pois quando eu terminei o meu fundamental ainda não tinha o nono ano. Até esse período o que eu sabia sobre a população negra era de cunho racista e preconceituoso. Até que ainda aluna da referida escola comecei a ter aulas sobre as questões raciais dentro do projeto “As Cores de Redenção”, que depois se transformou em Rosal da Liberdade. Tais atividades foram ampliando um pouco minhas ideias e despertando meu interesse quando ainda era aluna da referida escola. Porém, foi como aluna da Unilab e em contato com teorias e teóricos críticos na universidade que me despertou para conhecer mais sobre minhas próprias raízes e pesquisar de que forma Redenção está avançando com relação à aplicação destes conteúdos nas escolas.

Essa investigação se tornou muito importante já que por minha experiência onde por muitos anos existia nas minhas ideias a imagem do negro quase como associado a um bicho, e que África era no máximo um país selvagem com miséria, muitas doenças e pobre. Combater esse tipo de ignorância passou a fazer parte das ações que desejava fazer a partir dos estudos universitários.

Realizamos um estudo de caso para saber do cumprimento do projeto Rosal da Liberdade, foco de nossa investigação. Procuramos com afincado investigar o caso da implementação da Lei 10.639/2003 na escola Antônio Barbosa de Sousa por meio do Projeto Institucional Rosal da Liberdade. Nosso propósito é tornar o mais claro possível de que forma tais ações estão acontecendo a partir dos olhares docentes e discentes. Ao divulgarmos um estudo de caso devemos oferecer ao leitor e à leitora mais atentas e elementos mais que suficientes para que ele ou ela entendam, apreciem e acompanhem sem dificuldades os passos dados pelo pesquisador durante a pesquisa para finalmente entenderem o processo e seus resultados. Sobre a apropriação do leitor e da leitora sobre um estudo de caso nos ensina Martins (2008, p. 3) que é preciso “convencê-lo de que o trabalho de campo foi realizado pessoalmente, com afincado e perseverança”. Assim tentarei descrever com detalhes o passo a passo de nossa trajetória para mostrar o desenrolar de nossa pesquisa.

Do ponto de vista metodológico realizamos uma oficina com o nome “A Palavra é Rosal da Liberdade”, com 16 alunos sendo que quatro de cada turma, do quinto ao nono ano. Na atividade os discentes foram motivados a produzirem cartazes expressando o que sabem sobre o projeto e o que estão aprendendo. Também questionários foram entregues a dez professoras e apenas quatro delas, incluindo a coordenadora pedagógica, responderam as

perguntas. Foram dez perguntas relacionadas à Lei 10639/2003 e ao projeto Rosal da Liberdade.

As dificuldades para a realização da pesquisa foram imensas. Só para citar duas, uma delas foi à resistência de algumas professoras de responderem ao questionário. Uma outra foi da dificuldade de analisar o Projeto Político Pedagógico atualizado da escola, uma vez que ao me fornecerem o PPP percebi que era o antigo.

A presente pesquisa teve como principal objetivo perceber até que ponto o projeto Rosal da Liberdade transformou as práticas pedagógicas e curriculares da escola pública e municipal Antonio Barbosa de Sousa em Redenção – CE. Os objetivos específicos se ancoraram em conhecer as ações que a escola Antônio Barbosa realiza para a implementação da lei 10.639/2003 por meio do projeto Rosal da Liberdade; descrever as ações desenvolvidas pela escola, pesquisada para implementação da lei 10.639/2003 durante a realização do projeto Rosal da Liberdade e analisar até que ponto e de que forma a escola Antônio Barbosa de Sousa passou a implementar a lei 10.639/2003 a partir das ações desenvolvidas pelo projeto Rosal da Liberdade.

No primeiro capítulo abordamos o tema sobre a questão racial a escola e o ensino. Também expomos a legislação no âmbito educacional sobre a questão racial no Brasil e em seguida apresentamos o projeto Rosal da Liberdade. No segundo capítulo nos detemos sobre o estudo de caso, a origem a história e suas possibilidades. Envolvendo também o campo da pesquisa, sujeitos envolvidos na escola, endereço, quantidade de alunos, de professores, funcionários, quantidade de alunos envolvidos na oficina e de que séries eles pertencem e o passo a passo da pesquisa. No terceiro e último capítulo mostraremos a análise dos dados pesquisados, a descrição e a análise da oficina realizada na escola, e análise de cada cartaz produzido pelos discentes, e por fim a análise dos questionários, respondidos pelas professoras.

Se debruçar sobre os fatos acontecidos na escola Antonio Barbosa de Sousa, através do projeto Rosal da Liberdade para reforçar o conhecimento da lei 10639/2003 que exige a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, foi um desejo que ganhou corpo na universidade e agora ficará registrado nesta monografia com sua concretização. Cabe-nos mais um desejo, fazer com que nosso esforço passe a intrigar o leitor e a leitora tornando-os e tornando-as um pouco mais conhecedores dos fatos relacionados à

Lei 10.639/2003 por meio do projeto Rosal da Liberdade que vem acontecendo no município de Redenção, estado do Ceará.

ASPECTOS TEÓRICOS: DA QUESTÃO RACIAL AO ROSAL DA LIBERDADE

1.1 A QUESTÃO RACIAL A ESCOLA E O ENSINO

O preconceito racial ainda é muito presente na escola, é encontrada com grande frequência uma parte dos afro-brasileiros sofrendo com o preconceito pelos colegas e também pelo professor. A lei 10639/03 que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas ainda não é uma prioridade, a questão racial não é tratada deveria ser pelos projetos pedagógicos.

O Brasil é um país com uma imensa diversidade cultural. Mas é também um país cheio de preconceitos e com um número imenso de pessoas discriminadas. Em meio a tanta discriminação e preconceito as crianças sofrem muito e sua educação é prejudicada. Nesse sentido revela-se a importância da lei 10639 de 2003 que existe para tirar do esquecimento tais questões.

É frequente o índice de analfabetismo entre negros e pardos. A grande maioria não teve acesso à escola ou sofreram preconceito pelos professores e pelos colegas, alguns ainda foram impedidos pelos pais, como disse minha tataravó, que foi impedida de ir para a escola pelos pais porque era negra. O preconceito já começou dentro de casa. Ela chegou a dizer que os pais não a deixavam ir para a escola por que os colegas iriam discrimina-la pela cor.

Na educação, de modo geral, ainda existe um silêncio, o material didático ainda é pouco explorado e existe pouca informação sobre a cultura afro-brasileira, foi por isso que houve a necessidade da criação da Lei 10639/03 para tirar do silêncio que se deparava o ensino.

Estudar sobre cultura afro-brasileira é conhecer raízes de um povo que faz parte do Brasil, os africanos foram trazidos para o Brasil através do tráfico negreiro com um intuito de trabalharem obrigados pela lógica do sistema escravocrata se sujeitando a todo o tipo de transtorno e agressão física e vivendo de forma precária. Conhecer as raízes desse povo que faz parte do Brasil é conhecer as nossas próprias raízes já que somos resultado dessa mistura de raças do índio, do branco e do africano escravizado. A Lei 10639/03 vem mostrar toda a

realidade de vida dos afro-brasileiros sua cultura, danças, religião tudo que está ligado a um jeito de ser brasileiro em conexão com África.

A supressão que colocou o afro-brasileiro e coloca até hoje nos piores índices sociais e educacionais é fruto de uma exclusão provocada pelo colonizador, pois, os negros eram em uma grande maioria parte do povo brasileiro que foram excluídos e passaram a fazer parte da camada baixa, passaram de escravos para excluídos, e assim dando início ao racismo, uma vez que os povos das camadas baixas eram negros, começou o processo de exclusão que se estende até hoje.

Na escola, onde deveria ser o local onde se deveria aprender a respeitar a diversidade é na verdade um dos locais onde mais se reproduz o racismo. Local onde os afro-brasileiros sofrem preconceitos todos os dias de diversas formas.

O nó da questão, ou melhor, a saída não estaria do meu ponto de vista, no simples fato de ensinar aos nossos alunos que a raça não existe, mas sim na aceitação das diversidades como bandeira de luta, por exigir a convivência igualitária de todas. (MUNANGA, 2008 pg.-05).

Palavras de Munanga que mostram o que todo afro-brasileiro ou qualquer pessoa que sofre agressão por qualquer injustiça ou discriminação cometida contra si, o que todos querem é que sejam tratados como um ser humano, independente de cor, raça, etnia ou orientação sexual. Querem ser olhados sem um olhar de desprezo, porque todos deveriam ser tratados com igualdade de direitos como manda a Constituição Nacional, independente de suas diferenças.

Munanga diz que a diversidade hierarquizada das culturas não é uma situação ideal para quem persegue a diversidade na unidade. Nos ensina que ser tolerante é muito importante, porém apenas tolerar não é chegar a ter uma convivência igualitária.

Diversidade na unidade não deve surgir uma diversidade hierarquizada em culturas superiores e inferiores. Daí a minha insatisfação com os conceitos de intolerância cultural ou religiosa. Sem dúvida devemos condenar todas as formas de intolerância, mas o que devemos buscar, afinal, não é a tolerância, mas sim a convivência igualitária das culturas, identidades, dos grupos e sociedades humanas, dos homens e mulheres. (MUNANGA, 2008 p.5).

Em outra direção há a negação da negritude no Ceará. Não aceitar que somos negros. Que não existe o ‘negro de verdade’, como é costume no Ceará, que uma raça pura não existe, e não aceitar de que fazemos parte da história de povos que foram escravizados por mais de três séculos e que continuaram edificando a sociedade brasileira. É não aceitar

que somos resultado desta genética negra, por mais miscigenados que muitos de nós seja, somos descendentes dos povos escravizados que aqui chegaram há séculos.

Negar o ser negro causa uma série de dificuldades. É por isso que nas escolas tudo que se aprendeu sobre África é que é um lugar de povo sofredor, pobre, miserável, que não tem riqueza nenhuma. Riqueza sim de diversidade, de religião, musica comida, vestimenta, tecnológica etc. Ta fixo na cabeça das pessoas que na África não existe riqueza nenhuma por desconhecimento, falta de formação docente e de planejamento curricular das escolas que inclua temas sobre a questão.

Há uma grande necessidade de ter a obrigatoriedade da lei não só para que se entenda sobre nossa afrodescendência, mas, para que o afro-brasileiro tenha o direito de ter sua história tratada como se deve. Há grande necessidade de nossa brasilidade refletir efetivamente a africanidade presente em nossas raízes civilizatórias.

O desafio no material didático para o professor é de interpretar o conteúdo da temática exigida pela lei 10639/03. Independente do material ser adequado ou não ao conteúdo, há sempre formas de usá-lo com adequações. É fato que antes da Lei em foco parecia não haver necessidade e nenhum incentivo para que fosse tocado em temas acerca das questões entico-raciais, o que veio causando a perpetuação da discriminação. Como pode o negro que faz parte do corpo da sociedade brasileira não protagonizar, em pé de igualdade os temas curriculares? Que justificativa as escolas apresentavam para a ausência de reflexões sobre a desigualdade racial? Por que Tanto silêncio? Por que tanta invisibilidade? Por que a escola se comporta de forma tão eurocêntrica?

A importância do conhecimento das culturas afro-brasileira e africanas é para tirar do silêncio e da invisibilidade a nossa história e a nossa cultura. A obrigatoriedade da referida lei cumpre o papel de hoje no Brasil muitas crianças, jovens e adultos poderem se reconhecer pertencente a uma tradição. Há a possibilidade de apagarmos velhos hábitos racistas que vitimam grande parte da população pelo preconceito. Em Munanga é possível aprendermos que.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmo conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles

introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, pg.-15).

Se em um momento de prática racista em que um aluno sofre preconceito racial, surgisse um momento de discussão sobre o reconhecimento da cultura e da aceitação da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, certamente os alunos iriam conseguir passar por cima do preconceito com dignidade e sem traumas. Aceitar a diversidade seria uma riqueza se tais situações se tornassem conteúdos, talvez um grande auxiliar para o livro didático. Mas o professor por falta de formação acaba se omitindo e perpetuando práticas racistas. Para tanto se faz necessário contribuir com a implementação da Lei 10.639/2003 cobrando sua aplicação, realizando extensões universitárias, incorporando-a no projeto pedagógico da escola e fazendo pesquisas para análise de sua efetiva aplicação como agora procedo, são algumas possibilidades para contribuir.

1.2 O ASPECTO FUNDAMENTAL DA LEGISLAÇÃO

A necessidade de ampliação do diálogo para implementação da educação para as relações Étnicorraciais foi dada também pela edição da Lei 11645/2008, que tornou a modificar o mesmo dispositivo da LDB alterado pela Lei 10639/2003, estabelecendo a **obrigatoriedade do “estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” em todos** os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. (RESOLUÇÃO CNE/CP/MEC, 2004, p.23).

A legislação nacional com recorte racial nos auxilia a corrigir muita iniquidade que era de hábito da sociedade brasileira elitista e racista. No campo da educação historicamente o acesso e a continuação na escolarização pelos afro-brasileiros era conquistado com grandes dificuldades ou mesmo nunca conquistados. O segmento afro-brasileiro vem sofrendo com diversos tipos de exclusão no mercado de trabalho, com baixos salários, com péssimas moradias, saúde e educação sem atendimento para as especificidades da população negra. Porém, a luta do movimento negro chegou a incidir nos textos legais tornando a agenda nacional pautada também na população afro-brasileira, finalmente.

Na educação básica ainda se encontra muitas falhas no quesito de qualidade e ainda é muito restrita a garantia do aprendizado para o ensino básico por conta do aspecto social e com muita desigualdade racial.

A entrada nas séries iniciais do ensino fundamental, praticamente universalizado em todo o país, não é materializada para os negros na educação básica nas series finais. O ensino esta ainda muito defasado, e essa defasagem tem cor, pois, os mais pobres são os negros que mesmo depois de alforriados ainda sofrem com processos discriminatórios, onde negro é ainda vinculado ao escravo direta ou indiretamente no imaginário das pessoas.

De acordo com a Lei 10639 de 2003, o papel a ser desempenhado pelos poderes públicos é enorme, pois, só assim será mais fácil cumprir com a obrigatoriedade, dispondo de material, de treinamento para todo o corpo docente escolar conforme na citação a seguir:

Art. 3º da Lei 10639 de 2003, A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/3004. (RESOLUÇÃO CNE/CP/MEC, 2004, p.41).

Ou seja, os professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas atendidas às indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004. Será necessário que todas as entidades estejam unidas criando ideias para produzirem materiais didáticos que atenda a todos, assim o envolvimento de todo o corpo docente das escolas é de grande necessidade para que esse material seja elaborado por completo.

Outro documento importante para enriquecer o tema é o estatuto da igualdade racial que foi criado com o intuito de ajudar a população brasileira a se libertar de seus racismos escondidos contra o negro. O estatuto da igualdade racial nos obriga a sair do silêncio histórico, melhorando a vida de todos nós brasileiros a medida que passamos a garantir à população negra direitos fundamentais que deveriam ter sido instituídos a muito tempo.

Se faz necessário que cada segmento cumpra seu papel, assim como dos poderes públicos e privados atentem para o reconhecimento de que é preciso ter mais instrumentos legais que garantam direitos e dignidade para os afro-brasileiros, que apontem com direitos igualitários para todos os grupos minoritários, como aqui apontamos para a população negra, com mais oportunidade de emprego, melhores condições de salário e principalmente uma abertura de maior livre acesso as escolas e universidades, pois, só assim será mais fácil diminuir com a pobreza e a marginalização que faz parte das camadas marginalizadas do

Brasil. Reportando-se mais uma vez ao tema da educação e sua legislação, conforme o parecer do MEC/Secad:

Visando tratar a diversidade étnico-racial como um valor que deve estar presente no processo de ensino aprendizagem e avançar no enfrentamento das desigualdades existentes no espaço escolar, a Secad vem trabalhando em duas linhas de ação: 1) “ações como o objetivo de elaborar e implementar programas educacionais em prol do acesso e permanência de negros e negras na educação escolar em todos os níveis”; 2) “ações que possibilitem a toda a sociedade a reflexão e o conhecimento consciente para que sejam construídas relações baseadas no respeito e a valorização da diversidade brasileira.”(Fonte: Balanço da ação do governo federal para a implementação da Lei 10639/03, (MEC/Secad, 2008).(MEC/SECAD, 2008, p. 16)

1.3 DAS CORES DE REDENÇÃO AO ROSAL DA LIBERDADE

No dia 9 de janeiro de 2003 entra em vigor a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e africana.” Atendendo a lei 10.639/2003 o município de Redenção vem com a referida lei sendo implantada com projeto Rosal Da Liberdade Diversidade e Cidadania que proporciona a escola Antonio Barbosa de Sousa um novo olhar sobre o processo histórico da luta do afro-brasileiro desde a chegada dos escravizados no Brasil.

O projeto Rosal Da Liberdade começou com outro nome, antes chamado de: “As Cores De Redenção”, e agora de cara nova com o “Rosal Da Liberdade”. Mudou de gestão assim mudando tudo, com uma cara nova também o projeto Rosal Da Liberdade está com outro olhar, mas o conteúdo em si continua o mesmo, com ações a serem realizadas a seguir.

As ações realizadas para o aprofundamento da lei 10.639/2003 na escola Antonio Barbosa antes da obrigatoriedade, não existia. Durante a realização do projeto Rosal Da Liberdade à professora relata que ainda é bem complexo, pois, o acesso a fontes, palestras, integração da comunidade escolar como um todo se determina por um processo lento, vindo pelo lado que bem antes da lei 10.639/2003, havia uma política de valorização do homem branco atuando em nossa sociedade.

O projeto “Rosal Da Liberdade Diversidade E Cidadania Na Escola Do Município De Redenção,” veio contribuir com a implantação da UNILAB, assim, sentindo o maior desejo e a constatação de que ainda há um atraso para a exigência da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Os objetivos gerais do projeto é a realização de ações educacionais

voltadas para uma construção de valores proporcionando um processo educativo com um senso de crítica aguçado.

Mas, diante da temática em estudo a escola vem se conscientizando que é preciso se dispor a pesquisar, refletir e mediar conteúdos que visem a importância do afro-brasileiro que é fundamental não só na história do País, mas num contexto histórico mundial. No início da implantação do projeto, aconteceram certos choques de ideias, certo desajuste na compreensão da temática, como algo errado, no sentido de que negro é sinônimo de escravo que um dia foi liberto pelas mãos do branco bondoso, ideia muito forte em Redenção. Mas com um tempo os docentes envolvidos no projeto passaram a realizar diversidades de trabalhos como poesias, paródias, teatro, danças, cartazes, quadros vivos, etc. Assim ampliando mais ainda o entendimento da temática no meio escolar e criando possibilidades de reflexão sobre o tema.

O projeto Rosal da Liberdade tem como objetivos específicos o que está citado abaixo:

Analisar e discutir procedimentos para a organização do trabalho pedagógico dentro da escola, com vistas à realização de atividades que tenham diversidade e cidadania com eixos organizadores. Rever concepções e práticas educativas do ensino-aprendizagem, nas perspectivas de romper com alguns conceitos tradicionais e preconceituosos elevando discussões sobre a ética e a democrática na perspectiva da pluralidade cultural. Analisar e discutir concepções e sugestões de atividades, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem, com foco nos temas a serem trabalhados em sala de aula. Adequar o currículo da rede municipal de ensino, no desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a diversidade e o multiculturalismo. Introduzir as discussões sobre a importância da UNILAB para o desenvolvimento sociocultural de Redenção. Apoiar e incentivar o desenvolvimento de instrumentos, metodologias e tecnologias para subsidiar as práticas e educação para a cidadania como parte do desenvolvimento cultural do educando; Incentivar a realização de campanhas educativas de caráter mobilizador, envolvendo a participação individual e coletiva da comunidade; Estimular a organização e a participação de alunos, pais e professores através de diversas ações educativas; Instrumentalizar o pessoal do magistério para incorporar conteúdos de educação para a diversidade no processo de ensino/aprendizagem; Realizar curso para os professores e gestores da rede básica de ensino fundamental; (REDENÇÃO, 20013, p. 4).

Objetivos específicos, encontrado no Projeto Rosal Da Liberdade Diversidade E Cidadania Na Escola do município de Redenção, são objetivos que ainda estão um pouco abertas, ao meu ver para o desenvolvimento do todo. A questão “respeito e diversidade” são bem mais complexas e exigem a participação de todos da comunidade escolar, inclusive dos pais, uma vez que se precisa de todos para que seja bem compreendida. A escola acredita que a lei vem num sentido de facilitar a convivência entre os diversos grupos culturais que atuam na comunidade escolar.

Encontram-se também no projeto, três ações que eram específicas para os professores do município de Redenção.

Ação um, será realizado uma formação inicial e continuada para 40 professores, coordenadores e técnicos da secretaria de educação voltada para práticas pedagógicas abordando o tema diversidade para a cidadania, com carga horária de 80h/a. (REDENÇÃO, 2013, P. 5).

A segunda ação, e a terceira que é encontrada no projeto foram realizadas no município de Redenção, e é a seguinte:

Será realizado seminário com tema diversidade e cidadania durante a semana da consciência negra, integrando a comunidade escolar, sociedade civil e UNILAB. Será realizado no final do exercício letivo uma gincana cultural “Gincana do Rosal”, com o objetivo de integrar os alunos de diversas escolas por meio de divulgação dos trabalhos construídos durante o ano; jogos lúdicos, festival de talentos e olimpíadas de produção de gêneros textuais, atribuindo uma premiação para os melhores trabalhos. (REDENÇÃO, 2013, P. 5).

Tudo isso ocorre em uma época determinada do ano, no dia da consciência negra, todos os trabalhos produzidos no decorrer do ano é realmente apresentado nessa data histórica, com um conjunto de ações educativas empenhadas para a construção de valores e benefícios embasados no conceito de diversidade e cidadania, requerendo uma metodologia educativa, com durável avaliação crítica.

Na escola Antonio Barbosa de Sousa o processo de aceitação de todo o corpo docente foi e é bastante lento, uma vez que no projeto Rosal Da Liberdade tem ações afirmativas que ainda não tem uma realização total do que está escrito, como de acordo com a lei 10.639/2003. Saber da obrigatoriedade da temática da lei o corpo docente escolar sabe, mas como para que a fundamentação seja completa exige das autoridades uma maior vontade de expandir, fazendo mais parte do planejamento da disciplina de história, e os livros com mais conteúdo, bem como a ampliação do projeto para todas as escolas de Redenção.

O reconhecimento de nossas raízes é colocado na temática e obrigatoriedade da lei 10.639/2003 para melhor conhecer de onde viemos, e para onde vamos do ponto de vista civilizatório e cultural. No meio de tantas culturas de tanta miscigenação, danças, religião, comidas e etc, não podemos correr o risco de nos diluirmos num discurso de miscigenação sem raiz nenhuma. Faz parte da identidade brasileira uma africanidade nossa. Mas será que temos desejo de construirmos uma identidade negra? Pergunta essa, muito complexa, uma vez que fomos educados para nos identificarmos com a cultura do europeu, assim ficando mais difícil o reconhecimento de nossa raiz indígena ou africana. Essas e outras questões são profundamente importantes e asseguradas pela legislação em vigor no Brasil.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 – ESTUDO DE CASO, ORIGENS, HISTÓRIA, POSSIBILIDADES

Quando um Estudo de Caso escolhido é original e revelador, isto é, apresenta um engenhoso recorte de uma situação complexa da vida real, cuja análise-síntese dos achados tem a possibilidade de surpreender, revelando perspectivas que não tinham sido abordadas por estudos assemelhados, o caso pode ser qualificado como importante, e visto em si mesmo como uma descoberta. (MARTINS, 2008, p. 2).

Um estudo de caso é uma investigação realizada por uma pessoa ou uma organização é realizado através de uma pesquisa. É realizado para responder perguntas do tipo “como” e “porque”. Para Martins (2008, p. 2) “alternativamente, um caso poderá ser significativo quando for escolhido em função de uma possível comparação entre duas fortes teorias concorrentes que expliquem as questões orientadas do estudo”. Na citação abaixo explica em quais áreas o estudo de caso é eficaz.

A primeira escolha deve ser feita com relação a um campo delimitado, dentro da ciência que tratará o trabalho científico. Como, por exemplo, Administração de Empresas, Economia, Educação, Sociologia, Psicologia, Contabilidade etc. (MARTINS, 2008, p. 14).

O balanço do estudo de caso tem que ser confiável, tudo que for relatado tem que vim de fontes seguras.

O relatório do Estudo de Caso (monografia, artigo, dissertação ou tese) deve apresentar indicações de confiabilidade dos instrumentos de coleta de dados utilizados, e do próprio caso, isto é, ter sido orientado por um detalhado protocolo, e evidencias de que as respostas dos entrevistados seriam as mesmas se as questões fossem repetidas (MARTINS, 2008, p. 3).

Para Martins (2008, p. 3) é preciso “convencê-lo de que o trabalho de campo foi realizado pessoalmente, com afinco e perseverança”. O leitor tem que ficar impressionado e de fato tem que saber que o pesquisador conhece o assunto pesquisado.

O estudo deve mostrar de maneira convincente que foram coletadas e avaliadas as evidências relevantes e que os encadeamentos de evidencias são criativos e lógicos. A robustez analítica, lógica das conclusões e defesa das proposições sobre o caso, com certeza, irão lhe garantir suficiência pela construção de uma teoria que consiga explicar o recorte da realidade explorado no Estudo de Caso (MARTINS, 2008, p. 4).

Na citação acima de Martins o Estudo de Caso tem que garantir ao leitor que a teoria seja explicada pelo pesquisador e entendida pelo leitor, explanando o recorte abusado

no estudo de caso e ainda tem que ser de maneira persuasiva e que foram colhidos e aferidos os realces acentuados, na pesquisa.

O estudo de caso tem que ser esquematizado de forma planejada, a partir do que foi escrito no referencial teórico, assim diz “o trabalho de campo – Estudo de Caso – deverá ser precedido por um detalhado planejamento, a partir de ensinamentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso” (MARTINS, 2008, p.9).

Nos últimos anos tem sido extraordinário o crescimento de trabalhos científicos – monografia, artigo, dissertação e tese orientados por uma estratégia de pesquisa que considera uma unidade – um caso – como elemento para o desenvolvimento da investigação: Estudo de Caso. (MARTINS, 2008, p. 8).

O estudo de caso é novo na área da educação. Começou a ser pesquisado na década de 60 e vem crescendo ainda mais, com a grande curiosidade que o pesquisador tem em descobrir, relatar, ou ajudar a empresa, instituição ou o órgão a ser pesquisado, com as descobertas para ajudar na correção do problema relatado no estudo de caso.

O trabalho de campo – Estudo de Caso – deverá ser precedido por um detalhado planejamento, a partir de ensinamentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso. (MARTINS, 2008, p. 9).

Para que o estudo de caso seja eficaz, “É preciso contar com a permissão formal do principal responsável pela unidade em estudo” (MARTINS, 2008, p.10). Para que o trabalho seja bem desenvolvido e para que não tenha problemas o que foi escrito. Sendo assim Martins (2008, p. 10) segue dizendo que “O papel do pesquisador deve ser claro para aqueles que lhe prestam informações, não podendo ser confundido com elementos que inspecionam, avaliam ou supervisionam atividades”.

No caso da presente pesquisa, a Lei 10.639/2003 que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, e o projeto Rosal da Liberdade são os elementos que estão presentes no referencial teórico. A partir desse mapa teórico situa-se o estudo de caso de uma escola que trata da obrigatoriedade da lei em tela a partir de um projeto intitulado Rosal da Liberdade. Na seguinte citação discorrerá a estratégia de um estudo de caso com o que foi dito acima.

Como estratégia de pesquisa, um Estudo de Caso, independentemente de qualquer tipologia, orientará a busca de explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais complexos, e a construção de uma teoria explicativa do caso que possibilite condições para se fazerem inferências analíticas sobre proposições constatadas no estudo e outros conhecimentos encontrados. (MARTINS, 2008, p. 11-12).

Na visão de Yin, o estudo tem como objetivo investigar os fenômenos encorpados no conjunto para se obter um resultado claro e deliberado, como explica na seguinte citação:

Um estudo de casos é uma investigação empírica que, investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 1994 p. 32).

Na seguinte citação Yin diz que, “A análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrario, recombinar as evidencias tendo em vista proposições iniciais de um estudo” (YIN, 1994, p.131). Ainda continua dizendo que “Analisar as evidencias de um estudo de caso é uma atividade particularmente difícil, pois as estratégias e as técnicas não foram muito bem definidas no passado” (YIN, 1994, p.131). Martins (2008, p. 12) concorda com Yin ao dizer que, “Pensar que um Estudo de Caso é de fácil condução é um grande engano. Uma pesquisa orientada por essa estratégia exige perseverança e engenhosidade”.

2.2 CAMPO DA PESQUISA, SUJEITOS ENVOLVIDOS

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antonio Barbosa de Sousa que fica no distrito de Antonio Diogo. Está situada na Rua José Inácio Bezerra, Susto, N° 1122, CEP 62791-000 no município de Redenção – CE, estar situada na Zona Rural.

A escola é composta por 06 salas de aula, 01 sala da direção, 01 sala da secretaria, 01 sala da biblioteca, 01 sala de deposito de merenda, 01 almoxarifado, 01 sala do grêmio estudantil, 03 banheiros, 01 banheiro para funcionários e 01 pátio descoberto. Sua missão é uma educação a solidariedade, para o senso de justiça, para o respeito, para a integridade, para uma boa qualidade de vida, para que contribua com a comunidade e seja um bom cidadão crítico.

O estudo de caso foi realizado com estudantes do fundamental II e com professoras de diversas disciplinas dentre elas a única professora de história da escola.

O estudo de casos foi desenvolvido na escola Antonio Barbosa de Sousa com oito alunos do ensino fundamental II, mas específico, com quatro alunos do 6° ano, quatro alunos do 7° ano, quatro alunos do 8° ano e quatro alunos do 9° ano.

Além dos alunos do ensino fundamental, a pesquisa tem como sujeitos 04 professoras, entre as quais a coordenadora pedagógica da unidade escolar.

2.3 O PASSO A PASSO DA PESQUISA

A pesquisa começou com um desejo de descobrir se de fato estava sendo cumprido com a exigência da lei 10.639 de 2003, nas escolas do município de redenção, com o projeto Rosal Da Liberdade que objetiva uma realização das ações educacionais direcionadas para a edificação de importâncias baseados na diversidade e cidadania em meio tanta diversidade, que se encontra em redenção hoje por conta da escravidão. É preciso que o povo redencionista conheça suas origens e de onde viemos. Foi feito um recorte para que o estudo não ficasse muito difícil de analisar escolhendo assim uma única escola, uma vez que o município é constituído por um número significativo de escolas fundamentais.

Escolhi a escola Antonio Barbosa de Sousa porque foi onde passei minha infância até o oitavo ano, pois quando eu terminei o meu fundamental ainda não tinha o nono ano, e, eu não havia aprendido que o negro não é bicho, e que África não é um país com miséria, muitas doenças, e pobre, o que de fato não é o que eu aprendi na escola, mas, sim um continente com diversas mediações que são ricas de tudo em seu lugar.

Foi realizado na escola Antonio Barbosa de Sousa a oficina A PALAVRA É ROSAL DA LIBERDADE, que objetivou descobrir a aprendizagem adquirida pelo aluno com o projeto Rosal da Liberdade. Foi dividido em quatro equipes no total de quatro alunos de cada turma do sexto ao nono, e assim distribuído para cada equipe uma cartolina com o nome no Rosal da Liberdade, mas, os alunos optaram por colocar o nome no início do cartaz para poder fazer bom uso do espaço. Antes de começar a confecção do cartaz eu apresentei um slide onde apresentava o objetivo da oficina A PALAVRA É ROSAL DA LIBERDADE.

DA EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados demonstrados a seguir são sobre a análise, dos dados colhidos pelos alunos da escola pesquisada através de uma oficina com uma palavra geradora do problema que é ROSAL DA LIBERDADE, sobre o projeto Rosal da Liberdade, e análises de questionários respondidos pelos professores da mesma, pesquisada. Para melhor descrever o que acontece em tela.

3.1 A PALAVRA É ROSAL DA LIBERDADE: DESCRIÇÃO E ANÁLISES DA OFICINA

Planejamos a realização de uma oficina temática com alguns alunos do ensino fundamental II de 6º a 9º ano. A oficina foi estruturada da seguinte forma:

Tema: A palavra é Rosal da Liberdade

Objetivo: saber as aprendizagens adquiridas pelos alunos a partir do projeto Rosal da liberdade.

Metodologia:

- dividir os alunos em equipes;
- distribuir por equipe o desafio de produzir em cartolina um cartaz que tenha como palavra geradora “Rosal da Liberdade”;
- distribuir outros materiais didáticos para eles produzirem cartazes sobre o projeto Rosal da Liberdade, tais como lápis de cor, canetinhas, tinta guache, revistas, tesouras, cola.
- pedir para que façam um cartaz que demonstre o que aprenderam no projeto Rosal da Liberdade e estipular um tempo que garanta que cada equipe apresente o seu trabalho.

A oficina “A palavra é Rosal da Liberdade” aconteceu no dia 09 de outubro de 2014 no turno tarde, de 14 às 17 horas na sala de multimeios. Os alunos participantes foram escolhidos pelas professoras da turma do presente dia. Conforme o planejamento, dividimos os discentes em quatro equipes de quatro alunos. A seguir a descrição e análise do material (cartaz), produzido por cada uma das quatro equipes. A seguinte foto é dos alunos nas quatro equipes.



Fotografia 1- Alunos produzindo os cartazes na escola Antonio Barbosa de Sousa, 2014.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

3.1.1 Cartaz Rosal da Liberdade grupo um

	<p>6º ano – ACRÓSTICO</p> <p>Liberte seus preconceitos. Invista na sua conscientização. Brasil é um país de cores. Evite o preconceito. Rosal da Liberdade. Diga não ao racismo. A minha cor é a sua também. Direitos iguais. É respeitar as culturas. Paz e alegria.</p>
--	---

Quadro 1. Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os alunos do primeiro grupo apresentaram um cartaz no formato de um acróstico. A análise plástica do desenho nos revela tendência à diversidade de cores. Tal tendência nos

faz refletir sobre o mito da democracia racial tão impregnado no imaginário social brasileiro que chega a se revelar mesmo em escolas que implementam ações da lei 10.639/2003, como é o caso da escola pesquisada. O mito da democracia racial é debatido por Silva na citação a seguir quando diz que:

O pensamento da intelectualidade brasileira era influenciado pelas teses europeias do racismo científico de um lado e pelas ideias de superioridade branca. Discursos ideológicos racistas sobre a etnia negra incorporaram-se ao imaginário social e orientaram as práticas dos cidadãos transformando-se em senso comum. Essa prática continuam exercendo seu poder ideológico tanto entre os segmentos brancos, como entre uma grande parcela dos afrodescendentes.(SILVA, 2007, p. 18)

Uma outra análise feita sobre a produção plástica dos alunos diz respeito ao desenho à esquerda do cartaz. O desenho da pomba da paz onde se ler “paz e alegria” nos revela o quanto a cor branca está relacionada ao bem, a paz. A pesquisadora Silva (2007, p.17) nos auxilia em tais tendências quando em um de seus trabalhos escreve sobre o estigma da cor, ao longo do regime de escravidão negra no Brasil, foi elaborado o estigma da cor, norteado pelas ideologias racistas de dominação da elite brasileira branca. Do ponto de vista das palavras escritas e faladas feitas pelo grupo podemos destacar textualmente a apresentação do cartaz por um dos alunos participantes do 6º ano.

– Boa tarde. Nós somos alunos do sexto ano e viemos apresentar um acróstico que tem a palavra chave liberdade, que é sobre o projeto Rosal Da Liberdade. A primeira frase é L- liberte seus preconceitos. A segunda frase é I- invista na sua conscientização. A terceira frase é B- Brasil é um país de cores. E- evite o preconceito. R- Rosal Da Liberdade. D- Diga não ao racismo. A- A minha cor é a sua. D - Direitos iguais. E- É respeitar as culturas. Rosal Da Liberdade.

É interessante destacar que eles e elas escolheram como palavra chave “LIBERDADE”. Em se tratando de um trabalho feito na cidade de Redenção no Ceará é válido fazermos referência à história desta cidade que é conhecida como pioneiras da libertação dos escravos no ano de 1881 perceberam no cotidiano da cidade o quanto é forte para a população de Redenção ser reconhecida como os redencionistas dos escravos. Tal tendência mais uma vez aparece revelada nesta pesquisa através da palavra liberdade. No livro didático “Descobrimo e Construindo Redenção” da rede pública de Redenção do ensino fundamental I onde tem o hino de Redenção e em uma de suas estrofes é possível ver esta ideia de libertação, Barbosa, Sobrinho e Moura (2011, p. 21) [...] quando a pátria gentil de Iracema quis seus filhos cativos livrar, tu tivestes essa gloria suprema, de o primeiro grilhão rebentar.

O grupo ainda escreve no cartaz as frases *liberte seus preconceitos, invista na sua conscientização, Brasil é um país de cores, evite o preconceito, Rosal da Liberdade, diga não*

ao racismo, a minha cor é a sua, direitos iguais, respeitar as culturas, Rosal Da Liberdade. As frases são ditas quase como palavras de ordem militante, ou politicamente corretas. Acreditamos que o discurso está afinado com a agenda política de combate ao racismo expressa no estatuto da igualdade racial, o que podemos fazer a seguinte referencia comparativa:

Devemos lembrar o 13 de maio de 1888 como uma data importante. A batalha dos abolicionistas não foi em vão. A partir da liberdade, pequenas conquistas foram avançando lentamente, passo a pass. Hoje já ultrapassamos mais de um século da Lei Áurea, contudo, infelizmente a batalha entre os que defendem os princípios abolicionistas e os escravocratas perdura. (PAIM, 2006, p.2)

3.1.2 Cartaz Rosal da Liberdade grupo dois

	<p>7º Ano – POESIA</p> <p>O Rosal da liberdade é conhecido por muita gente, africanos e outros povos, somos todos diferentes. O rosal da liberdade todos tem que conhecer, à escola e a comunidade todos cumprindo seu dever. Rosal da liberdade luta contra o preconceito, todos por direitos iguais demonstrando seu respeito. O rosal da liberdade é fácil de conviver brancos e negros com seu jeito de viver.</p>
--	---

Quadro 2. Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os alunos do grupo dois, 7º Ano, produziram um cartaz contendo um poema criado por eles e elas, bem como elaboraram uma produção plástica para dar conta da palavra geradora Rosal da Liberdade. A análise plástica da produção nos permitiu formular algumas ideias. Em primeiro lugar a imagem inusitada de duas mãos, uma branca e uma negra ligadas por uma corrente. Contudo há de se considerar que historicamente o branco não foi escravizado, acorrentado, aprisionado. Neste sentido a imagem nos leva a outro sentido interpretativo da obra plástica, o branco abre mão do escravismo criminoso libertando o negro das correntes ou da escravidão. Tais ideias são reforçadas no imaginário coletivo da população redencionista, a exemplo do que foi demonstrado no cartaz. É possível constatar esta tendência em documentos da época, a saber: Assim, “raiou a final o dia ansiosamente

esperado”. A notícia de que a Vila Acarape havia libertado seus cativos chegou à capital, Fortaleza, e se espalhou em todas as direções. (BARBOSA, SOBRINHO, MOURA, 2011, p.59).

Ao compararmos a análise plástica que fizemos do cartaz com o comentário feito pelo grupo no momento da apresentação da produção temos a complementação de nossa análise. O grupo diz,

– Bem somos alunos do 7º ano. Agora eu vou explicar o que significa essas mãos. Bem, significa o fim da escravidão com a corrente quebrada. Vamos lá começar.

O Rosal Da Liberdade é conhecido por muita gente, africanos e outros povos somos todos diferentes.

O Rosal Da Liberdade todos tem que conhecer, à escola e a comunidade todos cumprindo seu dever.

Rosal Da Liberdade luta contra o preconceito todos por direitos iguais demonstrando seu respeito.

O Rosal Da Liberdade é fácil de conviver brancos e negros com seu jeito de viver.

O grupo também compara a produção plástica com o fim da escravização criminosa. Tais ideias reforçam a análise interpretativa do ato de liberdade da mão branca soltando as correntes do povo negro representado pela mão preta.

Com relação ao poema, o grupo demonstra conhecimento sobre o nível de abrangência do projeto Rosal da Liberdade no trecho: “*O Rosal Da Liberdade é conhecido por muita gente*”. O projeto é presente em 18 escolas de Redenção, entre as quais a escola campo da pesquisa e nos parece que os alunos demonstram orgulho de participarem das ações do projeto. De fato, é muito difícil encontrar no município alguém que desconheça o projeto que se iniciou com o nome *As cores de Redenção* e hoje ganhou continuidade na atual gestão municipal dando continuidade a implementação da Lei 10.639/2003. A equipe demonstra conhecimento sobre a diversidade étnica da humanidade no trecho *africano e outros povos somos todos diferentes*. Tais ideias são geradas pelas novas relações sociais que se travam em Redenção entre brasileiros, guineenses, moçambicanos, cabo-verdianos, angolanos. Os alunos expressam em geral a certeza das diferenças culturais das pessoas destes países, só não sabem distinguir a nacionalidade de cada um.

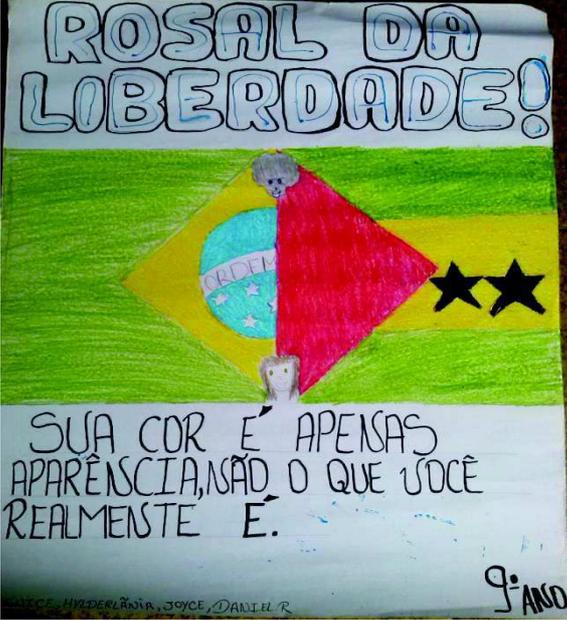
Ainda sobre o poema é notória a certeza de alguns dos objetivos do projeto Rosal da Liberdade nos seguintes trechos “*Rosal Da Liberdade luta contra o preconceito*” e “*O*

eticamente. E o quanto conhecem pouco da História da população negra escravizada. No momento em que citam no poema “*O projeto Rosal da Liberdade “são muitas culturas, pois, fala sobre o negro a verdade nua e crua”*”, nos faz refletir sobre a grande conotação dada ao termo escravo”. Temos como tema gerador o projeto Rosal da liberdade e seus aprendizados. Parece-nos que, o que está sendo fixado pelos alunos do grupo é a história de escravização da população negra em detrimento de outros conteúdos que envolvem o projeto, a saber:

Destacamos que este projeto, e suas propostas educacionais, assim como a legislação brasileira, se coadunam perfeitamente às propostas de diversidade e cidadania e que indicam a necessidade de um trabalho interdisciplinar, coletivo, participativo, altamente sensível ao contexto local, objetivo a criação de hábitos, valores e a capacitação do corpo docente das escolas do município, interligado e abrindo espaço para a expressão multicultural. (PREFEITURA DE REDENÇÃO, 2013, p.3).

Mais uma vez há um grande reforço na aprendizagem da História de Redenção. Do marco que representa a cidade, a primeira a libertar os escravos no Brasil.

3.1.4 Cartaz Rosal da Liberdade grupo quatro

	<p>9º ANO – ROSAL DA LIBERDADE</p> <p>Sua cor é apenas aparência, não o que você realmente é.</p>
---	--

Quadro 4. Fonte: Arquivo pessoal da autora

O último cartaz, foi criação dos alunos do 9º Ano. Na análise do conteúdo plástico é interessante mencionar que eles escolheram retratar a bandeira de São Tomé e Príncipe em fusão com a bandeira do Brasil. Parece-nos a aproximação com elementos da cultura deste país possivelmente pelo convívio com alunos da UNILAB. Porém nos chama a atenção às duas caricaturas humanas, uma branca e uma negra. Parece-nos que a figura do negro representa o país africano e a figura do branco representa a figura do povo brasileiro. Nesse sentido há uma grande probabilidade dos alunos estarem nos dizendo que se identificam com

a figura do branco. Ao apresentarem verbalmente seu trabalho, dizem que “(...) *com a bandeira do Brasil e de São Tomé e Príncipe*”. *É uma bandeira africana e outra brasileira que significa a junção das raças*. Mais uma vez e não por acaso a ideia de miscigenação, a mestiçagem, a diluição étnica aparece no imaginário dos estudantes. No cartaz expressaram de forma escrita a seguinte frase: *“sua cor é apenas aparência, não o que você realmente é”*. Mas a cor é apenas aparência? Tais ideias nos remetem a refletir sobre o racismo no Brasil e seus mecanismos de ação, como nos adverte Guimarães.

[...] a definição de “raça” como um conceito biológico – ou pelo menos como uma noção sobre diferenças biológicas, objetivas (fenótipos), entre seres humanos – escondia tanto o caráter racista das distinções de cor, quando o seu caráter construído, social e cultural. Se a noção de “raça” referia-se a diferenças biológicas hereditárias precisas, então, segundo esse modo de pensar, a “cor” não podia ser considerada uma noção racista, dado que não teria uma remissão hereditária única e inconfundível, seria apenas um fato concreto e objetivo. (GUIMARÃES, 1995, p. 28).

Esta me parece uma forma de negar o racismo à brasileira que mira a vítima por sua aparência, pelos seus traços afros.

Na seguinte foto me encontro em meio aos alunos produzindo o cartaz.



Fotografia 2- Alunos produzindo os cartazes como minha orientação na escola Antonio Barbosa de Sousa, 2014.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

3.2 ROSAL DA LIBERDADE SOB O OLHAR DOCENTE

O material analisado é fruto de um questionário respondido pelos docentes da escola pesquisada, que durou cerca de duas semanas, pois os mesmos resistiram ao responderem as questões apresentadas, por inúmeros motivos. O questionário foi entregue para dez professoras, mas apenas quatro delas incluindo a coordenadora pedagógica, responderam ao questionário. O objetivo desse questionário é analisar até que ponto o projeto Rosal da Liberdade está sendo implantado, no município de redenção no Ceará, para complementar a Lei 10.639 de 2003, para atender ao Artigo 1 da lei que:

A presente resolução instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. (CNE/CP, 2004, p. 69)

Apesar de a investigação objetivar conhecer ações e aprendizados acerca do projeto Rosal da Liberdade na escola campo da pesquisa, consideramos importante, inclusive parte do aprendizado do projeto, indagar as docentes que se dispuseram a responder o presente instrumental (questionário), sobre seus pertencimentos étnico-raciais. Questionadas, uma professora se autodeclarou branca enquanto suas três outras colegas se autodeclararam pardas.

Interessou-nos saber também qual o olhar das docentes sobre o pertencimento étnico-racial dos alunos da escola. As quatro professoras declararam que identificam os alunos como pardos. Os dados nos revelam que as docentes consideram que a comunidade escolar é negra, uma vez que a população parda somada à população preta é igual à população negra brasileira. Mais do que isso, de quatro docentes três também se vêem como negra, porque parda. Consideramos a possibilidade de que o projeto Rosal da Liberdade pôde ter influenciado as docentes envolvidas em suas ações a se autodeclararem pardas e de perceberem a comunidade escolar também como negra. Analisamos um dado importante e positivo já que é este um dos objetivos da educação das relações étnico-raciais, como podemos constatar nas Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira que:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino... (BRASIL, 2004, P. 10).

Sobre conhecimento acerca do conteúdo da Lei Nº 10.639/2003 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana, as docentes demonstraram entendimento de seu conteúdo quando mencionaram,

– Esta criada, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada para ser disseminada na educação, como o propósito de valorizar as etnias, mediante valorização e respeito do outro, enquanto ser social, independente de cor, riqueza, pobreza e sexualidade (professora 1).

_ Tornou obrigatório e estabeleceu as diretrizes e bases educacionais nacional incluindo na rede de ensino a temática história e cultura afro brasileira difundindo a pluralidade de nossa formação étnica (professora 2).

_ É a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Aborda a contribuição do povo negro ao Brasil (professora 3).

_ Ela representa um avanço ao possibilitar a construção de um multiculturalismo crítico na escola brasileira reconhecendo uma luta histórica do movimento negro em nosso país (professora 4).

Indagadas sobre a relevância dos conhecimentos que os alunos devem se apropriar no ensino fundamental, solicitamos que as docentes opinassem sobre a importância de temas sobre a questão étnico-racial (Lei 10.639/2003) no currículo desse nível de ensino num grau de 1 a 3. As quatro profissionais opinaram grau três de relevância para os conteúdos em questão. Em seguida solicitamos que justificassem o grau de importância considerado para os referidos conteúdos.

Uma das docentes, que aqui convencionamos chamar de (P1), acredita que os conteúdos que envolvem a lei 10.639/2003 podem contribuir consideravelmente para diminuir o nível de desigualdade que ainda predomina. Acrescenta que grande parte deste desafio se deve ao campo educacional. Segundo a docente,

– vivemos em um mundo de desigualdades nas mais diversas formas, seja ela política, econômica e social. Por isso precisamos construir uma nação que respeite o outro, independente de seu poder econômico e sua cor, e a educação é a palavra chave que determina saberes que forma um bom cidadão.

Combater a desigualdade, a injustiça, mas, sobretudo a de tipo étnico-racial é uma bandeira do movimento negro há tempos. É possível destacar as diversas leis que nasceram sob pressão dos militantes e de intelectuais negros e que culminaram nesse conjunto de

políticas afirmativas que temos hoje. No livro didático produzido por Munanga e Gomes, nos diz que:

O brasileiro de ascendência africana, ao contrário dos brasileiros de outras ascendências (europeia, asiática, árabe, judia etc.), ficou por muito tempo privado da memória de seus ancestrais. Por isso, a Lei 10639, promulgada pelo presidente da República Federativa do Brasil em 2003, depois de 115 anos da abolição da escravidão, veio justamente reparar essa injustiça feita não apenas aos negros, mas a todos os brasileiros, pois essa história esquecida ou deformada pertence a todos, sem discriminação de cor, idade, sexo, gênero, etnia e religião. (MUNANGA, GOMES, 2006, p. 17).

A segunda docente se mostra preocupada em conseguir que os alunos valorizem a diversidade de tipo cultural. Entender que a diversidade desta forma torna a humanidade interessante. O propósito é nobre, uma vez que a sociedade contemporânea vive ainda tempos de racismo que retira oportunidades e até vidas. Considerar e valorizar a diversidade são um grande salto para diminuir o racismo. Em suas palavras, a professora diz que:

_ perceber que a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Esses conhecimentos faz com que o aluno se perceba como sujeito da história

Na seguinte citação sobre as diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira que estar presente nos objetivos específicos do plano Nacional e um deles, nos diz que:

Desenvolver ações estratégicas no âmbito da política de formação de professores, a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afrobrasileira (SIC) e da diversidade na construção histórica e cultural do país; (BRASIL, 2004, p. 27-28).

A professora (03) nos informa que considera os conteúdos referentes da Lei 10.639/2003 importantes para os alunos do ensino fundamental para que aprendam a lidar com a diversidade presente na humanidade. Também menciona a relevância de combater a discriminação em decorrência da diversidade a partir do estudo do próprio negro na formação da sociedade brasileira. Em suas palavras,

– devemos lidar com a questão da diversidade e das manifestações discriminatórias que dela resulta considerar o negro na formação da sociedade brasileira, nas áreas social, econômica e política.

Conteúdos presentes nas Diretrizes Curriculares ajuda no que a professora (03) quer dizer, para eliminar o racismo, assim teve a necessidade da implantação da Lei 10639 de 2003, que em suas diretrizes nos orienta avisando-nos que:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade sociais e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusiva da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porem o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. (BRASIL, 2004 p. 14).

Para reforçar o que a professora (03) diz sobre o conhecimento de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar vale resaltar que, o negro faz parte da sociedade brasileira, e estar no conjunto que forma e engloba a sociedade afrodescendente,

formando assim o Brasil. Mas infelizmente o negro ainda é excluído da sociedade, assim as diretrizes curriculares vem enaltecer o negro como fonte principal para o desenvolvimento da sociedade. Na seguinte citação nos diz que:

A educação básica ainda é profundamente marcada pela desigualdade no quesito da qualidade e é possível constatar que o direito de aprender ainda não está garantido para todas as nossas crianças, adolescentes, jovens e mesmo para os adultos que retornam aos bancos escolares. Uma das mais importantes marcas dessa desigualdade está expressa no aspecto racial. (BRASIL, 2004, p. 13)

Contudo ainda não é satisfatório e ainda tem falhas, mas está em um processo de construção e formação, assim o projeto Rosal da Liberdade vem para completar a Lei 10639/03, contudo aumentando assim o reconhecimento da diversidade cultural afro-brasileira.

A professora (04) reforça e justifica a relevância de conteúdos acerca da Lei 10.639/2003 exemplificando o que já foi conteúdo escolar via projeto Rosal da Liberdade, a saber:

Conhecem o estatuto da igualdade racial, leis em combate ao racismo e a discriminação, já analisaram e representaram pinturas de Debret, contos africanos tem muito conhecimento e sabem da importância destes.

O que a professora (04) diz, está presente no Artigo 1º do estatuto da igualdade racial e diz que:

Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, para combater a discriminação racial e as desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas e outras ações desenvolvidas pelo Estado. (BRASIL, 2003, p. 8)

Indagadas sobre a presença da lei 10.639/2003 no currículo escolar haja vista as ações do projeto Rosal da Liberdade, as quatro professoras afirmaram que a referida lei consta no projeto político pedagógico da escola. Em análise ao documento constatamos a seguinte missão, de que não existe no projeto político pedagógico em que me liberaram para que eu pudesse pesquisar, e que o mesmo ainda é antigo.

Mencionaram também que os conteúdos acerca da referida lei está presente em todos os bimestres letivos. A ação constante deste tema na escola cumpre uma determinação federal, já que nas Diretrizes Curriculares (2004) nacionais as escolas são orientadas a este exercício cotidiano, a saber, que é preciso, “Realizar consultas junto às escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais

para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e africana”. (2004, p. 38).

No projeto Rosal da Liberdade (2013) não tem um cronograma delineado de ações anuais, mas, “analisar e discutir procedimentos para a organização do trabalho pedagógico dentro da escola, com vistas à realização de atividades que tenham diversidade e cidadania como eixos organizadores”. (2013, p. 4).

Solicitamos que as docentes elencassem alguns conteúdos pedagógicos desenvolvidos na escola sobre a questão racial como ação do projeto Rosal da Liberdade. A partir do que descreveram constatamos a diversidade de conteúdos e ações pedagógicas que certamente têm a capacidade de excelentes oportunidades a exemplo do que propõem estudiosos e sítios de boa procedência¹. As docentes afirmaram o seguinte:

P1- Textos reflexivos que abordam o assunto da diversidade, pesquisas dos países da África que falam a língua portuguesa, vídeos, filmes, músicas, gravuras.

P2- Poemas, músicas, contos africanos, conhecer as personalidades negras, vídeos, histórias infantis.

P3- A diversidade cultural, preconceito, nem pensar, a escravidão no Brasil, mundo, plural, dia da consciência negra- Rosal da Liberdade, boas maneiras para combater o preconceito, sou negro, sou gente, sou diferente, etc.

P4- leitura de textos: Zumbi pensava diferente. Enfocar a diferença entre o dia 13 Maio e o dia 20 de novembro. Leitura de letra de música e análise. Destacar a contribuição de cada um para a economia do Brasil colônia. Vídeos, filmes etc.

Perguntamos às docentes sobre quem deve implementar a Lei 10.639/2003. As quatro demonstraram conhecimento sobre tal orientação legal quando afirmaram:

P1- A temática em discussão deve ser obrigação de todas as pessoas que lidam com a formação cidadã.

P2- Penso que quem faz a escola é um educador dependendo da função. Se tem conhecimento adquirido tem informação a passar.

P3- Devemos contar com a participação de todos que fazem a comunidade escolar

P4- Acredito que deve ser abordado em todos os setores, em todas as turmas, com todos que fazem a escola, ou seja, todo o corpo docente.

Torna-se interessante cruzarmos o conhecimento das docentes com o que nos orienta as Diretrizes Curriculares (2004) para o ensino da história e cultura afro-brasileira e

¹ GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n24_p405.pdf,

africana onde diz que, “Promover de forma colaborativa, com estados, municípios, Instituições de Ensino Superior e Entidades sem fins lucrativos a Formação de Professores e produção de Materiais Didáticos para atendimento das Leis 10639/2003 e 11645/2008;” (2004, p. 35).

No projeto Rosal da Liberdade quem deve se envolver com suas ações que está presente no projeto como um dos objetivos específicos, que é: “Realizar cursos para os professores e gestores da rede básica de ensino fundamental;” (2013, p. 4), não é só o professor de história, mas sim todos que fazem parte da escola.

Indagadas sobre se fizeram formação para a implementação da Lei 10.639/2003 as docentes assim afirmaram:

P1- Venho participando de formações que abordam as questões raciais no município com pessoas formadas no assunto. E fiz uma especialização em história “Cultura afro-brasileira e indígenas” na UNILAB.

P2- Ainda não. Mas ao trabalhar o projeto as cores de redenção hoje rosas da liberdade muito conhecimento adquirido.

P3- Ainda não fiz, mas sei que é de fundamental importância que nós, professores, recebamos elementos suficientes para lidar com a questão da diversidade e das manifestações discriminatórias que possam surgir, tenho estudado na perspectiva de trabalho de forma competente sobre esse tema.

P4- Sim. Fiz pós graduação em história e cultura afro-brasileira... na UNILAB. Formação continuada para aprimorar meus conhecimentos meus direitos com afrodescendente que sou.

Das quatro docentes, duas foram beneficiadas com o curso de especialização em história e cultura afro-brasileira e indígena da UNILAB, sendo que duas ainda não tiveram a oportunidade de formação especializada. Sobre a grande importância de formação para que os docentes adquiram saberes especializados para o trato com os temas raciais, Meijer nos adverte,

A Didática, assim como os demais conhecimentos de docência, é um saber griot de profissão. Todo ser humano é um Griot em potencial. São as experiências e oportunidades da vida que vão definindo essa possibilidade. Quando nos reunimos num curso de formação de professores, na verdade, estamos cultivando nossos saberes ou raízes. Nesse sentido, as raízes são os conhecimentos aprendidos, trocados, cruzados, que nos envolvem e potencializam em nossa formação Griot de profissão. A Didática é uma área da Pedagogia; nesse caso, possibilita reflexões e construção de práticas e saberes ou possibilita nosso enraizamento individual e coletivo. (MEIJER, 20012, p. 62).

No último questionamento feito às docentes tentamos conhecer os saberes adquiridos sobre África pelas docentes e as mesmas responderam da seguinte forma:

P1- Um continente de grandes contrastes, de riquezas e miséria. Mas assim como outros, tem um povo que luta e briga pela sua sobrevivência. Um povo que sonha com um mundo, uma nação que traz na sua história os traços marcantes da colonização, da escravidão, fato que por muito tempo deixou-os a margem, fora das políticas públicas, idealizada para todos.

P2- Que é um continente que traz uma grande riqueza a nossa cultura e a nossa identidade nacional.

P3- É o terceiro continente mais extenso com 30 milhões de quilômetros quadrados e o segundo continente mais populoso da terra. Apresenta grandes diversidade étnica, social e política. A história da África se estuda numa perspectiva ampla e generalista, como ocorrência de culturas locais e universais.

P4- É um continente riquíssimo em sua cultura e como os demais também tem seus problemas sociais que faz com que este seja igual a todos os outros.

As respostas das docentes mostram que há um grau considerável de entendimento sobre o Continente Africano. Obviamente os limites de tempo das docentes não permitiu que as mesmas se detivessem mais sobre o que sabem. Contudo não é de mais mencionar que a professora (01) e a professora (04) demonstraram maior entendimento sobre África, mesmo considerando os limites de tempo e espaço para escrever neste instrumental. Esta é uma situação prevista e compreensível, uma vez que as professoras que foram mais precisas passaram por curso de especialização sobre a temática. O quadro pintado nesta questão reforça ao que mencionou Meijer (2012) sobre a grande relevância de formação adequada para o fortalecimento dos saberes docentes para tratá-lo com questões raciais, evitando assim o improvisado e os equívocos.

CONCLUSÃO

O objetivo da presente pesquisa era saber até que ponto o projeto Rosal da Liberdade transformou as práticas pedagógicas e curriculares de uma escola pública municipal de Redenção – CE.

A presente pesquisa teve como foco o projeto Rosal da Liberdade, de que forma o mesmo está sendo realizado nas escolas do município de Redenção no Ceará. De forma mais específica investigar o projeto em questão na escola Antonio Barbosa localizada no Distrito de Antônio Diogo. Interessamo-nos em saber se o projeto de alguma forma mudou as práticas pedagógicas e curriculares da escola, sobretudo no tocante a temas envolvendo as questões étnico-raciais. Para o alcance de nosso objetivo foi realizado um estudo de caso.

Planejamos como estratégias metodológicas a aplicação de um questionário com as docentes da escola em nível de ensino fundamental II, bem como a realização de uma oficina com alguns alunos e alunas do mesmo nível de ensino, além de observações da realidade escolar.

No tocante a oficina realizada com os alunos e alunas, onde o grupo confeccionou cartazes com o tema gerador “Rosal da Liberdade”, foi possível perceber que o projeto em questão é bastante trabalhado nas práticas pedagógicas e curriculares da escola, uma vez que todos os alunos e alunas sabem falar do que se trata e todos já participaram de diversas ações. Contudo nos chamou atenção a insistência dos vários grupos em salientar a história da escravidão, deixando a impressão de que este é o grande propósito do projeto. Em se tratando de um projeto que acontece em Redenção, acreditamos que a história do pioneirismo de libertadora dos escravos presente na cabeça dos redencionistas acaba sendo reforçado direta ou indiretamente nas ações pedagógicas. Entendemos que se faz necessário uma reflexão crítica por parte dos envolvidos na execução do projeto a fim de rever a história da escravidão na região.

Nos cartazes apresentados, ficou evidente que os alunos e alunas compreendem a relevância do Projeto Rosal da Liberdade para que possam ser educados com menos preconceitos, discriminações e racismo. Apesar de alguns limites, há nitidamente certa consciência da relevância de tais conteúdos por parte dos discentes.

Com relação às docentes, se faz necessário mencionar que todas demonstraram conhecimento sobre a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Também demonstraram conhecer o projeto Rosal da Liberdade e a relevância de tais temas para a educação básica na sociedade atual. Porém, apesar do grau de envolvimento das docentes e do nível de entendimento teórico e da diversidade metodológica que demonstraram ter para o trato pedagógico do projeto, consideramos que os alunos ainda precisam compreender de forma mais crítica a história da escravidão e o que ela representa para Redenção de forma mais crítica e reflexiva.

Por fim o estudo de caso nos revelou que o projeto Rosal da Liberdade é uma ação fundamental de iniciativa da gestão municipal para a implementação da Lei 10.639/2003. Há uma iniciativa, há intencionalidade, há vontade política de fazer. De posse do projeto institucionalizado no município, a escola campo da pesquisa desenvolve suas ações pedagógicas tentando tornar o projeto Rosal da Liberdade parte da rotina pedagógica.

Ouso sugerir ao município de Redenção – CE, que acompanhe de perto as escolas procurando saber das dificuldades da abordagem da temática da presente Lei 10639/2003, disponibilizando mais cursos preparatórios para todos os professores, sem exceção de nenhum, pois todo professor deve estar preparado para abordar uma temática historicamente tão ausente da formação profissional. Vale a pena incentivar a formação sobre a temática, uma vez que o docente bem qualificado poderá desenvolver ações cada vez mais aprimoradas e tornar o município referência sobre o tema.

Finalizo aqui expondo que minha necessidade de conhecer mais o projeto Rosal da liberdade foi satisfeita. Espero que esta pesquisa possa servir de instrumento de entendimento das pessoas sobre a história da Lei 10.639/2003 no município de Redenção a partir do estudo sobre o projeto Rosal da Liberdade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/528.pdf>>. Acesso em: 31 dez 2014.
- BARBOSA, MOURA, SOBRINHO, Anna Emília Maciel. Marisa Ribeiro. José Hilário Ferreira. Descobrimo e construindo Redenção. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza. 2011.
- BRANDÃO, Ana Paula. A cor da cultura: rompendo o silêncio. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1229-1.pdf>>. Acesso em 13 Nov.2014.
- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação, Brasília-DF. 2004.
- BRASILIA, Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.cedine.rj.gov.br/files/legisla/federais/Estatuto_da_Igualdade_Racial_Novo.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2014.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.
- MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. Valorização da Cosmovisão Africana na Escola – Narrativas de uma Pesquisa-Formação com Professoras Piauienses. Fortaleza. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, UFC, 2012.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. “O Brasil, o que é afinal?” Para entender o negro no Brasil de hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos. São Paulo, Global/Ação Educativa, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. PORQUE ENSINAR A ÁFRICA NA ESCOLA BRASILEIRA? . São Paulo: p. 05, Maio 2008.
- OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. A QUESTÃO RACIAL NA ESCOLA. Disponível em < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-8.pdf>>. Acesso em 20 Jul. 2014.
- REDENÇÃO, Prefeitura Municipal. Projeto Rosal da Liberdade diversidade e cidadania. Redenção. 2013.

SANTOS, G. D. J. A LEI 10639/03 E A IMPORTÂNCIA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em <http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLMENTACAO.pdf>. Acesso em 20 Jul.2014.

SILVA, Rebeca de Alcântara e. A menina e o erê nas viagens ao ser negro/ ser negra: Uma pesquisa sociopoética com educadores em formação. Fortaleza: UFC. 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. AÇÃO AFIRMATIVA E O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15560.pdf>>. Acesso em 25 Jul. 2014.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Disponível em: <http://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em 12 Ago. 2014.

ANEXOS



Questionário Professores

1. Assinale, no seu entender, qual sua raça/etnia:

branca parda preta amarela indígena

2. No seu entender em relação aos alunos desta escola, qual a porcentagem aproximada da raça/etnia:

branca parda preta amarela indígena

3. Você já ouviu falar da lei 10639/03? O que você sabe sobre ela?

4. Considerando a relevância dos conhecimentos que os alunos devem se apropriar no ensino fundamental, aponte a importância de temas sobre a questão étnico-racial (Lei 10.639/2003) no currículo desse nível de ensino num grau de 1 a 3. Justifique brevemente.

1 () 2 () 3 ()

Justificativa:

5. De que forma os temas acerca da Lei 10.639/2003 estão presentes no currículo escolar? Assinale as possibilidades e/ou aponte as que não consideramos.

- Está presente no Projeto político pedagógico da escola.
- Está presente em todos os bimestres letivos.
- Está presente no Mês da consciência negra.
- Está presente no dia 20 de novembro de todos os anos letivos.
- Não está presente devido a quantidade de conteúdo obrigatório ao longo do ano.
- Outros _____

6. Você aborda a questão étnico-racial com seus alunos? Cite alguns conteúdos e metodologias já elencados em seus planos de trabalho.

Conteúdos:

Metodologias:

7. Você já presenciou atitudes racistas, preconceituosas ou discriminatórias na escola? Como você reagiu e o que você sentiu?

8. Até onde você sabe, quem deve abordar a temática da lei 10639/03 na escola?

9. Você fez algum tipo de formação para compreender a lei 10639/03? Se fez, fale um pouco. Se não mencione o “por que”?

10. O que você sabe sobre a África?